Apropriação das florestas nacionais apresenta o processo de apropriação das terras públicas, bem como a ação e a interferência dos agentes dos governos das câmaras municipais, provincial e imperial. Especificamente a região envolve, no final dos oitocentos, os então municípios de Cruz Alta e Santa Antônio da Palmeira. A ampliação do povoamento e da apropriação do norte do Rio Grande do Sul esteve ligada diretamente às ações de intervenção e atuação do poder público. As regiões florestais, geralmente de matas de erva-mate, foram tomadas e surgiram vários aglomerados populacionais sem, no entanto, conseguir evitar os inúmeros conflitos entre os diferentes grupos sociais e étnicos que disputavam a terra.

Foram investigados os motivos, bem como os procedimentos, que levaram a uma intervenção e ação do poder público nesse processo iniciado com a migração espontânea do centro do país para o sul, seguido da colonização desenvolvida pelo próprio governo imperial. As terras, na sua maioria áreas de florestas, foram apropriadas, tornaram-se propriedade particular e deixaram de ser de servidão coletiva, de servir aos grupos coletivos de caboclos ervateiros e indígenas. Os diferentes governos se envolveram conforme seus interesses, ou do lado dos grupos coletivos, ou do lado daqueles que estavam privatizando as terras nacionais.

EDITORA PRISMAS

ISBN 978-855507344-1

9 788555 073441

Resumo de Apropriações das Florestas Nacionais

Apropriação das florestas nacionais apresenta o processo de apropriação das terras públicas, bem como a ação e a interferência dos agentes dos governos das câmaras municipais, provincial e imperial. Especificamente a região envolve, no final dos oitocentos, os então municípios de Cruz Alta e Santa Antônio da Palmeira.

A ampliação do povoamento e da apropriação do norte do Rio Grande do Sul esteve ligada diretamente às ações de intervenção e atuação do poder público. As regiões florestais, geralmente de matas de erva-mate, foram tomadas e surgiram vários aglomerados populacionais sem, no entanto, conseguir evitar os inúmeros conflitos entre os diferentes grupos sociais e étnicos que disputavam a terra.

Foram investigados os motivos, bem como os procedimentos, que levaram a uma intervenção e ação do poder público nesse processo iniciado com a migração espontânea do centro do país para o sul, seguido da colonização desenvolvida pelo próprio governo imperial.

As terras, na sua maioria áreas de florestas, foram apropriadas, tornaram-se propriedade particular e deixaram de ser de servidão coletiva, de servir aos grupos coletivos de caboclos ervateiros e indígenas.

Os diferentes governos se envolveram conforme seus interesses, ou do lado dos grupos coletivos, ou do lado daqueles que estavam privatizando as terras nacionais.

Acesse aqui a versão completa deste livro